

PREFEITURA MUNICIPAL
DE ICAPUI
COMO POVO RUMO A ONOVO

LEI Nº 123/93 de 25 de fevereiro de 1993.

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE
PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVI
DÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUI, faço saber que a CÂMARA MUNI
CIPAL DE ICAPUI, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte
Lei:

Art. 1º - É instituído, no Município de Icapuí, o Conselho
Municipal de Planejamento (CMP), vinculado diretamente ao
Prefeito Municipal, com o objetivo de elaborar a proposta
do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do Muni
cípio de Icapuí a ser lavada à apreciação da Câmara Municí
pal.

Parágrafo Único - É também função da CMP o acompanhamento, a
fiscalização e a avaliação permanente da aplicação do PDDI.

Art. 2º - Para garantir a participação popular na elaboração
do PDDI, deverá o CMP realizar audiências públicas nas diver
sas localidades do Município, coletando e registrando as pro
postas oriundas dos segmentos da sociedade civil, bem ainda
prestando contas, periodicamente, de suas atividades.

Art. 3º - Integram o CMP, o Prefeito Municipal, que o presi
dirá, Presidente da Câmara Municipal, como Secretário, e um
representante de cada um das instituições e entidades abai
xo relacionadas:

- I- Assessoria de Planejamento e Coordenação;
- II- Assessoria e Jurídica;
- III- Assessoria de Comunicação;
- IV- Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Municipal;
- V- Secretaria de Obras, Serviços Públicos, Urbanismo e Meio
Ambiente;
- VI- Secretaria de Saúde Pública e Saneamento;
- VII- Secretaria de Educação, Cultura e Desportos;

VIII- Secretaria de Ação Comunitária;

IX- Um representante de cada um dos sete pólos regionais do Município, eleitos dentre as associações de moradores ou qualquer outra forma de organização comunitária ali existentes e em funcionamento ;

X- Um representante de cada um dos sindicatos ou qualquer outra forma de organização classista existentes e em funcionamento no Município;

XI- Um representante de cada um dos partidos políticos representados na Câmara Municipal;

XII- Um representante da Associação Cultural Icapuiense;

XIII- Um representante de cada um dos conselhos municipais setoriais (educação, saúde, etc.) existentes e em funcionamento no Município;

XIV- Um representante de cada uma das igrejas existentes no Município;

Parágrafo Único - Os pólos regionais a que se refere o inciso VIII deste artigo são os seguintes:

a) Pólo 1 - Pólo de Icapuí - comunidades de Berimbau, Olho D'água , Icapuí (sede) e salgado.

b) Pólo 2 - Pólo de Barreiras - comunidade de barreiras de baixo, Barreiras de cima, Picos e pousada.

c) Pólo 3 - Pólo de Mutamba - comunidades de Barrinha, Serra, Mutamba e Cajuais.

d) Pólo 4 - Pólo de Morro Pintado - comunidade de Ibicuitaba, Quitérias, Tremembé, Morro Pintado e Melancias.

e) Pólo 5 - Pólo de Belém - comunidades de Copam, Incra, Belém e Gravier.

f) Pólo 6 - Pólo de Peixe Gordo - comunidade de Tibau, Manibu, Praia e Peixe Gordo.

g) Pólo 7 - Pólo de Redonda - comunidades de Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda e Peroba.

Art. 4º - A participação dos Conselheiros no CMP não será remunerada, sendo, entretanto, considerada serviço de natureza relevante, para todos os efeitos de sua vida funcional.



**PREFEITURA
DE ICAPUI**
COM O POVO RUMO AO NOVO

Art. 5º - A Prefeitura Municipal de Icapuí, adotará todas as medidas necessárias à implantação e ao bom funcionamento do CMP.

Art. 6º - O CMP, no prazo de 45 dias, a contar de sua instalação elaborará seu regimento interno, dispondo sobre organização, funcionamento e atribuições e o enviará ao chefe do Poder Executivo que o aprovará por Decreto.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICAPUI, aos 25 de fevereiro de 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI

Eng. José Ailton Félix C. da Silva
— Prefeito Municipal —